

## **GREVE DE MULHERES EM ABYA YALA: desafios para a mobilização transformadora**

Cristiane Troina Ferreira<sup>1</sup>  
Livian Lino Netto<sup>2</sup>  
Aline Accorssi<sup>3</sup>

**Resumo:** Em outubro de 2016, na Argentina, Lucía Pérez foi drogada, estuprada, empalada e morta por três homens. Deixaram-na em um hospital alegando que ela havia tido uma overdose de cocaína. Esse feminicídio ocorreu na mesma semana em que no país acontecia o Encontro Nacional de Mulheres de Rosário. A violência desta morte foi o estopim para desencadear uma reação coletiva de mulheres, não só na Argentina, mas em todo mundo. Sob o lema “*Ni una a menos! Vivas y libres nos queremos!*”, mulheres foram chamadas para irem às ruas. A greve instaurada transformou a mobilização contra os feminicídios em um movimento massivo, transnacional, capaz de conectar as violências machistas e econômicas, denunciando a exploração capitalista. Apesar disso, muitas mulheres ao redor do mundo e na própria América Latina não pararam com esse grande movimento. No Brasil, por exemplo, meses antes da morte de Lucía, uma adolescente de 16 anos, havia sido violentada por um grupo de 30 homens, que registraram a violência em vídeo. Esse fato não gerou repercussão significativa afim de conectar as mulheres brasileiras no movimento de greve. Diante disso, nossa proposta é refletir acerca dos desafios do movimento de mobilização de mulheres que, embora tenha se transnacionalizado, precisa sensibilizar um maior número de pessoas a fim de construir uma rede com potência capaz de transformar a realidade.

**Palavras-chave:** Greve de mulheres. América Latina. Redes feministas. Potência feminista

## **WOMEN'S STRIKE IN ABYA YALA: CHALLENGES FOR TRANSFORMATIVE MOBILIZATION**

**Abstract:** In October 2016, in Argentina, Lucía Pérez was drugged, raped, impaled, and killed by three men. They left her in a hospital claiming that she overdosed on cocaine. This femicide happened in the week of the National Meeting of Women of Rosario while it was taking place in Argentina. The violence of this death triggered a collective reaction by women. Not only in Argentina but in several countries, there was a call for women to take the streets. Under the motto “*ni una a menos! Vivas y libres nos queremos!*”. The strike transformed the mobilization against femicides into a massive, transnational movement, capable of connecting sexist and economic violence by denouncing capitalist exploitation. Despite this, many women around the world, and in Latin America, did not stop with this great movement. In Brazil, for example, months before Lucía's death, a 16-year-old girl had been raped by a group of 30 men, who recorded the violence on video. This fact did not generate significant repercussions that connected women en masse to a strike movement. Based on these events, we propose to reflect on the challenges of the women's strike movement, which, although it has become transnational, needs to sensitize a prominent number of women to build a network with the power capable of transforming reality.

**Keywords:** Women's strike. Latin America. Feminist networks. Feminist power

<sup>1</sup> Mestre em Educação/FURG. Doutoranda em Educação/UFPEL. E-mail de contato: [cristroina@gmail.com](mailto:cristroina@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas/UFPE. Mestre em Educação/IFSUL. Doutoranda em Educação/UFPEL. E-mail de contato: [livianlino@gmail.com](mailto:livianlino@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas/UFPEL. Doutora em Psicologia/PUCRS. E-mail de contato: [alineaccorssi@gmail.com](mailto:alineaccorssi@gmail.com).

## HUELGA DE MUJERES EN ABYA YALA: DESAFÍOS PARA LA MOVILIZACIÓN TRANSFORMADORA

**Resumen:** En octubre de 2016, en Argentina, Lucía Pérez fue drogada, violada, empalada y asesinada por tres hombres. La dejaron en un hospital alegando que ella había tenido una sobredosis de cocaína. Ese feminicidio ocurrió en la misma semana en que se realizaba en el país el Encuentro Nacional de Mujeres de Rosario. La violencia de esa muerte fue el estopín para desencadenar una reacción colectiva de mujeres, no solo en Argentina, pero en todo el mundo. Bajo el lema “*¡Ni una a menos! ¡Vivas y libres nos queremos!*”, se llamó a las mujeres a tomar las calles. La huelga instaurada transformó la movilización contra los feminicidios en un movimiento masivo, transnacional, capaz de conectar las violencias machistas y económicas, denunciando la explotación capitalista. A pesar de eso, muchas mujeres alrededor del mundo y en la propia América Latina no pararon con ese gran movimiento. En Brasil, por ejemplo, meses antes de la muerte de Lucía, una adolescente de 16 años había sido violentada por un grupo de 30 hombres, que registraron la violencia en video. Ese hecho no generó repercusión significativa a fin de conectar las mujeres brasileñas en el movimiento de huelga. Ante eso, nuestra propuesta es reflejar acerca de los desafíos del movimiento de movilización de las mujeres que, aunque se haya transnacionalizado, necesita sensibilizar a un mayor número de personas a fin de construir una red con potencia para transformar la realidad.

**Palavras-clave:** Huelga de mujeres. América Latina. Redes feministas. Potencia feminista.

### Introdução

Desde março de 2015 o coletivo *Ni Una a Menos*<sup>4</sup> convoca mulheres na Argentina e na América Latina para manifestações contra violência de gênero. Em outubro de 2016, com o assassinato de Lucia Pérez<sup>5</sup>, o mesmo movimento realizou um chamado para a greve: *Nosotras paramos*<sup>6</sup>. Esta greve não foi um evento isolado. Foi, na verdade, um processo de construção que continua aberto com a perspectiva de impulsionar, de forma inédita, o movimento feminista, politizando e racializando os horizontes de organização (NETTO; EBERSOL; CLASEN, 2021). Assim, passa a denunciar a violência como uma das formas de exploração do capitalismo. Dão visibilidade ao trabalho reprodutivo das mulheres e anunciam que “se nosso trabalho não vale, produzam sem nós!”.

É nesse contexto sócio histórico que, agravado pela pandemia de COVID-19 durante os anos de 2020-2022, especialmente, houve um aumento da violência de gênero na América

<sup>4</sup> *Ni Una Menos* é um coletivo que “reúne um conjunto de vontades feministas, mas também é um mote e um movimento social”. “*Nem uma a menos*” é, segundo a página do movimento, a forma de declarar que é inaceitável continuar contando as mulheres assassinadas por serem mulheres ou corpos. <http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/carta-organica/>

<sup>5</sup> Sobre o assassinato de Lúcia Perez, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37692722>

<sup>6</sup> <https://niunamenos.org.ar/manifiestos/nosotras-paramos/>

Latina e Caribe<sup>7</sup>. Muitas mulheres permaneceram, confinadas com seu agressor<sup>8</sup>. O trabalho doméstico foi intensificado, além das demandas de teletrabalho terem criado dívidas<sup>9</sup>. Um exemplo é o uso do celular e da internet e o aumento de consumo de energia elétrica e água entre as trabalhadoras/es que puderam realizar atividades profissionais domiciliares no referido período (CAVALLERO; GAGO, 2019). A mistura de trabalho e vida evidencia que a reprodução se viabiliza como produção. Afinal, como se controla e se produz a hora do trabalho estando em casa?<sup>10</sup> É importante salientar que nem todas as mulheres puderam aderir a este modelo de trabalho. Mulheres racializadas, por exemplo, continuam sendo as primeiras a morrer e a serem exploradas tanto pelo capital, como por outras mulheres em situação privilegiada, que terceirizaram o trabalho reprodutivo: trabalho doméstico, de criação e de cuidado de pessoas.

No Brasil, em maio de 2016, uma jovem de 16 anos foi vítima de um estupro coletivo<sup>11</sup>. A situação mobilizou mulheres em algumas cidades do país, mas os protestos não tomaram as mesmas proporções das manifestações convocadas pelo *Ni Una a Menos*. Apesar das greves criarem uma rede feminista do Sul, como vimos no movimento organizado a partir da Argentina, ainda existem desafios para que mais mulheres, especialmente no Brasil, possam aderir ao movimento. Assim, cabe aqui, refletirmos acerca dos desafios das greves para o fortalecimento da luta coletiva para que as estruturas tradicionais de poder sejam dissolvidas. Não é possível seguir realizando a manutenção estrutural do capitalismo e do patriarcado, ignorando as implicações na vida cotidiana de todas nós.

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre possíveis motivos que impedem mulheres de se organizarem e se mobilizarem em greves feministas no Sul Global. Para isso, destacamos como barreiras dois aspectos centrais: a lógica patriarcal e o trabalho reprodutivo. Esses estão interligados um ao outro, uma vez que o trabalho reprodutivo está baseado também na ideia

<sup>7</sup> [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf)

<sup>8</sup> <https://apublica.org/2020/11/duas-vezes-vitimas-mulheres-sofreram-agressoes-durante-quarentena-imposta-pela-pandemia/>

<sup>9</sup> GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. **Dívida, moradia e trabalho: uma agenda feminista para o pós-pandemia.** Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/divida-moradia-e-trabalho-uma-agenda-feminista-para-o-pos-pandemia/>.

<sup>10</sup> <https://data.unwomen.org/publications/whose-time-care-unpaid-care-and-domestic-work-during-covid-19>

<sup>11</sup> <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>

hegemonia de organização do patriarcado. Nesse sentido, os movimentos de mulheres que atacam as reformas neoliberais interseccionam classe, gênero e raça e relacionam a opressão vivenciada com o capitalismo, o machismo e o patriarcado. Diante disso, emerge uma “potência feminista” que propõe uma teoria alternativa de poder. Conforme Veronica Gago (2020), esta teoria mostra para as mulheres tudo o que elas são capazes e que historicamente foram impedidas de experimentar. A greve, desde esta perspectiva, é entendida como uma rede feminista e declara que existe um espaço de luta contra a lógica patriarcal capitalista.

### **Mulheres e a lógica patriarcal**

O termo “patriarcado” nos remete às palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando) e indica uma forma de organização familiar e social em que a figura masculina, chamado de patriarca, submete outros membros ao seu poder (LIMA; SOUZA, 2019). Não vamos aqui retomar a história do patriarcado ou como ele foi se articulando e se transformando ao longo dos séculos e dos grupos sociais. Este assunto foi amplamente discutido, por exemplo, por Gerda Lerner na obra *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Partimos do pressuposto de que ele existe e que se estrutura, em nosso meio social, como um “conjunto de dispositivos que permite que o poder permaneça nas mãos de algumas poucas pessoas que são, em sua maioria, homens cis” (BURIGO, 2022, p. 27).

A família patriarcal preserva a imagem da mulher inserida na esfera privada, dependente e submissa ao marido, aqui, supostamente designado como homem provedor. Este modelo ainda é presente, mesmo que tenha havido mudanças significativas em relação à participação das mulheres no orçamento da família, via trabalho formal, ou “fora de casa”. Dito de outro modo, o modelo patriarcal, conforme Lima e Souza (2019, p. 581), ainda desempenha “importante papel na estrutura das relações conjugais de gênero, legitimando a desigualdade de direitos entre homens e mulheres”. Assim, olhar para o patriarcado é olhar para as desigualdades de gênero ao longo da história, bem como nos dias atuais. Aliás, segundo as mesmas autoras, tal poder não se limita à esfera doméstica e familiar, mas também se estende a outros espaços (LIMA; SOUZA, 2019), como as relações sexuais e a esfera do trabalho (GARCIA, 2011).

Segundo Joana Burigo (2022, p. 25), “um dos muitos sinais da força narrativa do patriarcado é o estímulo positivo comumente dado às feminilidades dóceis e decorativas”. É

esperado e, portanto, estimulado socialmente, que as mulheres ocupem lugares e subjetividades específicas, tais como “a casa, as preocupações estéticas, o bom comportamento” (BURIGO 2022, p. 25). A respeito disso, não nos faltam exemplos. A revista *Veja*, em 2016, conforme nos lembra a mesma autora, enalteceu a ex-primeira-dama Marcela Temer como uma mulher bela, recatada e do lar<sup>12</sup>. Mas, para além disso, podemos pensar em nossos cotidianos e o quanto as exigências sociais ligadas à estética nos demandam de tempo e esforço.

Flávia Biroli (2018), em caminho semelhante, alerta para o fato de que a sociedade patriarcal limita a participação das mulheres na vida política, acadêmica, cultural e social, uma vez que delas também são exigidas outras atividades, especialmente as ligadas aos serviços domésticos e de cuidado. Ainda hoje vemos que:

[...] meninas e mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. A gratuidade do trabalho desempenhado pelas mulheres no âmbito doméstico foi definida como cerne do patriarcado, exploração matriz, que torna possíveis outras formas de exploração. Daí a compreensão de que na família, na nossa sociedade, as mulheres são dominadas para que seu trabalho possa ser explorado e seu trabalho é explorado (BIROLI, 2018, p. 66).

Não apenas limita a participação, como também explora a força de trabalho. Para muitos, trabalhos femininos, embasados nas ditas habilidades femininas, são dons. E se são dons, são menos complexos. Daí surge uma justificção para o desprestígio e desvalorização de algumas profissões (CISNE, 2012), como por exemplo professoras de educação infantil que - supostamente - apenas cuidam ou olham as crianças.

A desvalorização do trabalho, conforme Cisne (2012), faz com que muitas mulheres não se reconheçam como trabalhadoras e não construam uma identidade com a sua classe. Tal situação pode reverberar na vida profissional, fazendo com que elas se acomodem, não se organizem e nem participem de lutas coletivas. A permanência delas no espaço público vai se reduzindo pouco a pouco. Associações, sindicatos ou movimentos sociais se esvaziam e acabam contribuindo para o fortalecimento do capital, pois são menos pessoas em confronto com o sistema.

Importante destacar que a existência do patriarcado e seus dispositivos não quer dizer, conforme Garcia (2011), que as mulheres não tenham nenhum tipo de poder ou direito. A autora, nesse sentido, aponta para certas conquistas como *vitórias paradoxais*. Ou seja, algumas

<sup>12</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>

mulheres conseguem acessar a educação e o trabalho remunerado, mas, a maioria delas que trabalham fora de casa, continuam sobrecarregadas com a realização do trabalho doméstico e do cuidado com filhos e/ou pessoas doentes. Por vezes, tais mulheres até conseguem delegar tais atividades, mas “o fazem sobre outras mulheres mais pobres ou mais velhas: as empregadas domésticas e as avós” (GARCIA, 2011, p. 18).

Sobre o cuidado com os filhos e o lar, é importante notar que, na mesma medida em que a mulher se dedica para as tarefas do âmbito do privado, menos tempo ela terá para o exercício de outras atividades políticas (CISNE, 2012). A mesma autora destaca a existência de uma “cultura sexista de passivação e de adequação das mulheres aos limites do privado, como se o público e todas as questões que o envolvem pertencessem aos homens” (CISNE, 2012, p. 115).

No que diz respeito à composição da renda familiar, o avanço do neoliberalismo e o aumento das desigualdades sociais e econômicas, de certa forma, deram visibilidade às mulheres como sujeitos no desenvolvimento, apesar de isso não ter necessariamente significado o seu reconhecimento nas políticas sociais. Apesar da suposição de que as mulheres eram agora “incluídas no desenvolvimento”, o patriarcado, tanto dentro das famílias, quanto nos espaços públicos, aparece de outras formas, como por exemplo, o ciclo de empobrecimento e a feminilização da pobreza (BARRAGÁN; CHÁVEZ; LANG, 2020). Aliás, que espaços e postos são reservados a nós? Que salários? Quem permanece nos empregos em momentos de crise?

Cabe mencionar aqui o modo como o feminismo liberal se articula com esta discussão. Ele se estabelece na mesma época do desenvolvimento neoliberal, no qual, o discurso de esforço individual e merecimento foram incorporados cita noção de liberdade e empoderamento, aqui destacado para o empoderamento feminino. A busca pela igualdade entre homens e mulheres no que concerne a participação no mercado de trabalho, a busca por representação e liderança nos espaços e esferas públicas, colocaram, talvez, as mulheres em situação menos desigual às historicamente construídas. Ao menos, essa era a promessa.

Importante ressaltar que o feminismo liberal, também reconhecido como feminismo civilizatório (VERGÈS, 2020), perpetua a opressão de gênero, raça e classe. Ele, conforme a autora, “adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses” (VERGÈS, 2020, p. 17).

Com o avanço das pautas feminismo negro, por exemplo, pôde-se perceber que alcançar tais espaços é uma condição de alguns grupos privilegiados de mulheres: em geral, brancas e escolarizadas e que mulheres racializadas, de certo modo, sempre fizeram parte da mão de obra trabalhadora. Françoise Vergès (2020), ao escrever sobre um feminismo decolonial, aponta no texto intitulado “Elas abrem a cidade”, o trabalho de mulheres de cor na limpeza e manutenção dos grandes centros urbanos, antes do início das jornadas de trabalho nas empresas e órgãos públicos. A autora faz uma denúncia do trabalho invisível das mulheres, especialmente as racializadas, que limpam os espaços os quais o neoliberalismo e o patriarcado utilizam para funcionar. Trabalhos terceirizados, mal pagos, sujos, expostos a produtos químicos, ao trabalho braçal e pesado aos quais seus corpos são submetidos.

Exemplo disso, podemos citar o avanço do coronavírus no ano de 2020, no Brasil. A primeira vítima identificada e noticiada foi uma empregada doméstica que não teve garantido o direito ao isolamento. Ao atender a família que a empregava, acabou contaminada e veio a óbito. Profissionais da limpeza e da saúde, como técnicas e enfermeiras (aqui no feminino para ressaltar que quase 85% das categorias são mulheres<sup>13</sup>), nunca deixaram seus postos de trabalho para cumprir as medidas impostas para o avanço do vírus. Além disso, a falta ou a ineficiência de políticas econômicas criaram um endividamento para a reprodução da vida, trabalho atribuído especialmente às mulheres, que fica evidente, por exemplo, durante a pandemia. Em especial no caso da Argentina, Verónica Gago e Luci Cavallero (2020), relatam a relação intrínseca entre o neoliberalismo e as máquinas da morte: um contador necropolítico em tempo real. Apontam ainda, o ambiente doméstico como um laboratório do capital, uma vez que houve

múltiplas formas de cuarentena, segmentadas por géneros, classe y raza y, aún más, que no todos los cuerpos tienen la posibilidad de quedarse en una casa y también que los encierros implican abusos y violencias machistas para muchxs. En este panorama aparece la complejidad, relevada desde abajo, de lo que implican medidas sanitarias globales y generales. Por eso, vemos cómo las luchas por el derecho a la vivienda se interconectan y se complejizan con las denuncias por el aumento de la violencia machista (GAGO; CAVALLERO, 2020, sp).

Podemos compreender, portanto, que desde sempre o patriarcado e o sistema capitalista tentaram nos excluir, nos alijar da história e da sociedade. Durante a crise do coronavírus, foi

<sup>13</sup> Ver dados: [http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem\\_31258.html](http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html)

possível observar o aumento da violência contra os corpos das mulheres. Tanto a violência econômica quanto a violência machista, já que o número de feminicídios também subiu consideravelmente durante os meses de isolamento<sup>14</sup>.

### **Mulheres e trabalho reprodutivo**

Trabalho reprodutivo é todo trabalho atribuído historicamente às mulheres, que compõem a esfera da vida privada, não sendo remunerado e que mantém o capitalismo em funcionamento (FEDERICI, 2019).

Se começarmos olhando para nós mesmas, que, como mulheres, sabemos que o dia de trabalho para o capital não necessariamente resulta em pagamento, que não começa e termina nos portões das fábricas, acabaremos redescobrimo a natureza e o escopo do próprio trabalho doméstico. Porque logo que levantamos a cabeça das meias que costuramos e das refeições que cozinhamos e contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas. É por isso que, até hoje, tanto nos países “desenvolvidos” como nos “subdesenvolvidos”, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista (FEDERICI, 2019, p. 68 -69).

Com o passar dos anos, as relações de trabalho foram mudando para se adaptar ao modelo capitalista de produção, mais lucrativo, mas também, com mais e maiores desigualdades. Conforme já dito anteriormente, com a expansão do neoliberalismo como modelo econômico atual, em especial no contexto da América Latina, mulheres começaram a ingressar no mundo do trabalho com perspectivas a ocuparem espaços historicamente masculinos, competindo, inclusive, por cargos de poder, entendo que ao garantir a igualdade nesses espaços estariam perto a emancipação.

O fato é que, esses lugares geralmente são dados às mulheres que possuem instrução.

<sup>14</sup> Ver mais em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/femicidios-na-pandemia-quatro-mulheres-sao-mortas-a-cada-24-horas/>



Os trabalhos domésticos e do cuidado, ainda seguem compondo o imaginário social com herança patriarcal, na qual, as mulheres são as responsáveis. As que podem pagar, terceirizam essa atividade. As que não podem, possuem, duplas e triplas jornadas, uma vez que ao chegar em casa, o trabalho do cuidado precisa ser realizado por elas.

Para as mulheres, os limites temporais se dobram e redobram, trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre esferas da vida que regem oficialmente a sociedade moderna (HIRATA; ZARAFIAN, 2003, p. 67).

É importante destacar que a exploração do trabalho doméstico consiste no fato que ele, ao ser imposto às mulheres, o caracteriza como um atributo natural do feminino. Esse fato dá-se por imposição do capital que nos convence que esse trabalho é uma atividade inerente às mulheres, excluindo desse processo os homens, e realizando a manutenção do patriarcado. Esse fato, comumente é visto em nossa sociedade, como parte de uma estrutura em que reforça uma configuração sócio-histórica capitalista que favorece a alienação da mulher nesse ciclo social de manutenção da vida.

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicaram em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2012, p. 116).

Embora tenha ocorrido o aumento do número de mulheres que trabalham “fora de casa”, de forma expressiva na década de 1990, em meio à globalização, o trabalho ficou precarizado.

Se trata de áreas de trabajo que tienen los rasgos del trabajo feminizado y precario. Las tareas históricamente depreciadas, mal pagas, no reconocidas o directamente declaradas no-trabajo se revelan como la única infraestructura insustituible (GAGO; CAVALLERO, 2020, sp.).

Questões como desigualdade salarial, condições de trabalho insalubres, descaso com a saúde da mulher são alguns dos problemas que cresceram proporcionalmente ao aumento de trabalho assalariado. Além da manutenção e o não reconhecimento do trabalho doméstico como categoria de trabalho, o mantém, culturalmente, associado à esfera do amor.

A relação entre trabalho doméstico e afetividade parece estar no próprio cerne dessa permanência. Na verdade, as mudanças na divisão do trabalho doméstico são muito lentas. O desenvolvimento das tecnologias para uso doméstico tende a tornar as tarefas menos penosas, mas a divisão sexual desse tipo de trabalho e a atribuição do mesmo às mulheres continuou intacta (HIRATA, 2003, p. 16).

Isso se pode dizer no caso de mulheres brancas, uma vez que mulheres racializadas já compõem uma massa de trabalhadoras exploradas de maneira mais degradante, sobrando os trabalhos dos quais mulheres brancas e escolarizadas não se ocupam.

Apesar desse contexto que vivenciamos em nosso país, bem como na América Latina de maneira mais geral, pode-se observar levantes populares contra esses avanços do capital sobre a vida de trabalhadoras e trabalhadores. Em especial, o levante de mulheres que, principalmente em 2016, reorganiza a greve na tentativa de retomar o seu caráter político, como resposta à violência. Isso porque:

As características compartilhadas pela América Latina, Centro-América e Caribe como região não implicam uma vivência e um passado comumente sentidos por todas as mulheres “latino-americanas”. Aqui estamos falando de desigualdades e injustiças, amarradas historicamente em estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, para pensarmos as múltiplas identidades, necessidades, reivindicações e interesses feministas (BALLESTRIN, 2017, p. 1050).

A greve coloca em pauta que o trabalho no capitalismo só é possível, porque o trabalho invisibilizado de mulheres como donas de casa, esposa e mãe, é o de cuidar para que não falte trabalhadores para o capital.

### **Greve de mulheres em Abya Yala: mobilização transformadora**

Em 2017, o Coletivo *Ni una a menos*, na Argentina, levanta outra greve feminista convocando às mulheres a pararem seus trabalhos, inclusive os reprodutivos. O objetivo era protestar contra a violência de gênero, o feminicídio, a exploração econômica, a desumanização e a desierarquização das mulheres<sup>15</sup>. Mobilizou três países, em especial os latino-americanos, para serem parados no dia 8 de março daquele ano.

A greve se posicionou contra as ideias e práticas feministas liberais, difundidas em alguns espaços de liderança e representação, que utilizam discursos de igualdade de

<sup>15</sup> Outras informações em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/10/estilo/1486744741\\_095547.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/10/estilo/1486744741_095547.html)

oportunidade, e mantém a opressão de gênero, de raça e de classe, reproduzido pela sociedade capitalista através do discurso de empoderamento. Tal discurso é incorporado de forma eficaz pela indústria da moda e dos cosméticos, é um exemplo bem-sucedido dessa prática quando, por trás do verniz do discurso emancipatório, não só não rompe com as principais formas de dominação feminina, como reproduz em seu cerne as opressões de gênero, raça e classe.

Assim, a partir das greves feministas, um novo horizonte de organização e politização emergiu. Passamos a perceber, por exemplo, que a violência é também uma das formas de exploração do capitalismo. As greves são, nesse sentido, um instrumento político de insubordinação ao capitalismo neoliberal que produz violências. Elas articulam gênero, raça e classe em uma abordagem multidimensional que cria ecossistemas de conexões colocando em evidência as redes de violência concretas e subjetivas que tecem as teias da opressão e das discriminações (VERGÈS, 2020). Transformam, também, a mobilização contra os feminicídios em um movimento radical, massivo e capaz de politizar de forma inovadora a aversão às violências (GAGO, 2020).

A ideia era fazer da greve um instrumento político, contrapondo-se ao fortalecimento da extrema direita mundial. Assim, o movimento se expandiu e se transnacionalizou. Foi moldado pelo Sul Global com pautas necessariamente anticoloniais, antirracistas e anticapitalistas. Esse levante feminista ressignifica o sentido político das lutas e das greves de mulheres que o feminismo civilizatório acabou adaptando ao projeto civilizatório neoliberal. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A partir das greves de mulheres do Sul global, especialmente, Argentina, Chile, Brasil, em que cruzam a violência de gênero com o racismo, machismo e capitalismo, surge uma possibilidade de impulsionar o movimento feminista internacionalmente, e pode-se pensar outra lógica de trabalho e da educação a partir da perspectiva de mulheres. Durante a pandemia, pudemos ver o aumento da exploração capitalista, em especial sobre mulheres, chefes de família, que acabaram por se endividar a fim de realizar a manutenção básica da vida: alugueis, internet, alimentação. Esse contexto foi fundamental para a consolidação da importância da greve feminista que discute o trabalho reprodutivo.

Podríamos decir que el freno de mano al mundo que activó la pandemia parece un simulacro de “huelga”. Después del enorme paro feminista internacional

en América Latina (aunque en Italia ya no se pudo hacer por el coronavirus y en España las feministas sufrieron las acusaciones por haberlo hecho), no deja de ser llamativa esta “inversión” del parate, de la detención a nivel global. Y aún así la pandemia no deja de llenarse, en su interior, de llamados a huelga: de alquileres, de lxs trabajadorxs de Amazon, de lxs metalmecánicos en Italia, de trabajadorxs de la salud, de estudiantes. [...] é necessário uma greve das tarefas que não sejam essenciais para a reprodução da vida. Sem dúvida, a greve em tempos de coronavírus é um elemento em disputa. Por um lado, como já dissemos, nesta “paralisação” do mundo dos trabalhos feminilizados — esses que visibilizamos com a greve feminista — se evidenciam como os únicos que não podem parar. E isso hoje está mais claro que nunca (GAGO; CAVALLERO, 2020, sp.).

É pelas atividades cotidianas que produzimos nossa existência, e, podemos desenvolver a capacidade de cooperação, aprendendo a reconstruir o mundo como um espaço de educação e cuidado. Ao visibilizar o trabalho reprodutivo, apontamos as contradições inerentes ao trabalho alienado, desconstruindo o mito do trabalho feminino (FEDERICI, 2019). Esta é uma perspectiva que aponta para um novo horizonte, construído pelas mulheres e educando o mundo e as relações de trabalho a partir de suas perspectivas a fim de romper com a exploração capitalista.

### **Desafios para a mobilização**

Nesse artigo apontamos a importância da greve feminista que foi construída a partir da Argentina, cujo estopim foi o assassinato de Lucia Pérez. No Brasil, mesmo com a divulgação de um estupro coletivo, e apesar de vários grupos feministas em diferentes cidades do país, as mobilizações não tiveram a mesma repercussão da greve construída pelas mulheres argentinas. Desde a América Latina, mulheres se levantam contra o capital e as violências produzidas por esse sistema, em especial, o racismo, o colonialismo, o machismo, o patriarcado e a violência de gênero, que se impõem fortemente às mulheres.

Ainda que tenha havido o avanço dessas violências durante a pandemia de COVID-19, que agravou a precarização da vida de todos, mas diretamente a de mulheres, ainda enfrentamos desafios para a mobilização de um movimento de greve expressivo que tome força para pressionar o sistema que nos oprime. Identificamos neste artigo, o sistema patriarcal sob o qual somos socializadas e o trabalho reprodutivo.

O patriarcado como um sistema que atinge tanto mulheres quanto homens, ainda deixa

várias de nós presas a ideias e noções que nos imobilizam diante das violências. Exemplo disso, podemos mencionar mais uma vez o número de feminicídios e o seu aumento durante a pandemia, uma vez que muitas de nós, mulheres, as que puderam ficar em suas casas, acabaram por ser confinadas com seus agressores. Além disso, o patriarcado, é uma trama muito bem construída historicamente e que nos envolve com ideias de subordinação e dominação, agindo no plano objetivo e subjetivo da vida.

No âmbito privado, por exemplo, uma parcela das mulheres acredita na importância da manutenção de seus casamentos, ao passo que não pode ter controle sobre sua vida reprodutiva. Na esfera pública, exclui mulheres de posições de comunidade e solidariedade, além de difundir, dentro do sistema capitalista neoliberal ideias de individualização e capacidade, nas quais, poucas mulheres, privilegiadas dentro do sistema gênero e raça, possam, através do seu merecimento, representar todas as mulheres.

O patriarcado está intimamente ligado ao capitalismo, e dessa forma também contribui para a organização do trabalho reprodutivo, atribuído às mulheres como sendo parte que compõe seu papel social principal - o do cuidado e da geração de vida. Ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, o trabalho reprodutivo e do cuidado, foi invisibilizado ou terceirizado para mulheres racializadas ou em situação de pobreza. Durante a pandemia de COVID-19, presenciamos o aumento exponencial do trabalho do cuidado e do trabalho doméstico.

Em todo o mundo, mulheres foram expostas ao vírus, uma vez que, em sua maioria, são as responsáveis pelo trabalho de limpeza e manutenção de espaços utilizados pelo sistema capitalista, que ocupa um tempo muito grande do dia, impedindo que mulheres se organizem contra as opressões. O grande desafio para sensibilizar mais mulheres para o movimento de greve, é ultrapassar as amarras do cotidiano patriarcal e neoliberal em que estamos inseridas, visando a organização de uma rede de politização, conscientização e libertação. Somente assim poderemos construir um movimento cada vez mais potente e representativo.

## Referências

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1035-1054, 2017.

BARRAGÁN, Alba Margarita Aguinaga; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; LANG, Miriam Santillana. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 216-239.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BURIGO, Joana. **Patriarcado Gênero Feminismo**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. **Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos**. Porto Alegre: Criação Humana, 2019.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**. 1a Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta Feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. Deuda, vivienda y trabajo: Una agenda feminista para la pospandemia. **Revista Anfibia**, 2020. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/deuda-vivienda-trabajo-una-agenda-feminista-la-pospandemia/>. Acesso em 10 de junho de 2023.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. Trad. De Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 15-30, 2003.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, PHILIPPE. Conceito de trabalho. In: Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 65-69, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: Ana Maria Colling & Losandro Antonio Tedeschi (Orgs). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

NETTO, Livian Lino; EBERSOL, Isadora; DA ROCHA CLASEN, Júlia. O que move a luta? A Maré Verde Argentina e a resistência das mulheres do/no Sul Global. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 60, p. 136-147, 2021.

VÈRGES, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamile Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: UBU Editora, 2020.

Submissão em: 30/06/2023

Aceito em: 19/07/2023

Citações e referências  
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA  
DE NORMAS  
TÉCNICAS